JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE OUTUBRO
Ed. 78. Vol. 2 - Págs. 511-528
DOI: 10.5281/zenodo.23743358



CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2



CAMINHOS PARA UM FUTURO IGUALITÁRIO: ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CIDADES VULNERÁVEIS DO TOCANTINS[1]

PATHS TO AN EQUAL FUTURE: ANALYSIS OF INCLUSIVE EDUCATION IN VULNERABLE CITIES OF TOCANTINS

Sandra Conceição NEVES
Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO)
E-mail: sandraconeves@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0008-7397-9252

Denisia Brito SOARES
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
E-mail: denisia.soares@ufnt.edu.br
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-9223-5303

Fábio Matos RODRIGUES
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
E-mail: fabio.rodrigues@ufnt.edu.br
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-4310-2598

Érica Cupertino GOMES
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
E-mail: erica.gomes@ufnt.edu.br
ORCID: http://orcid.org/0000-0001-5534-0887

Alexsandro Silvestre da ROCHA
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
E-mail: alexsandro.rocha@ufnt.edu.br
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-9469-6082

RESUMO

A inclusão educacional busca garantir que todos os alunos tenham acesso, participação e sucesso na escola, valorizando a diversidade em gênero, etnia, cultura, língua e necessidades especiais. Essa abordagem respeita diferenças individuais e promove oportunidades equitativas de aprendizado. Incluir alunos com autismo, deficiências intelectuais, TDAH e dislexia exige atenção especializada em ambientes regulares, incentivando sua participação ativa e desenvolvimento acadêmico, social e emocional, mediante a educação especial. No Tocantins, a inclusão educacional representa um desafio e uma oportunidade de transformação social, especialmente para alunos com necessidades especiais. Como estado jovem, enfrenta limitações de

[1] COMO CITAR: (ABNT): NEVES, S. C.; SOARES, D. B.; RODRIGUES, F. M.; GOMES, É. C.; ROCHA, A. S. Caminhos para um Futuro Igualitário: Análise da Educação Inclusiva em Cidades Vulneráveis do Tocantins. **JNT Facit Business and Technology Journal.** Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Outubro de 2026 - Ed. 78. VOL. 02. Págs. 511-528. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.

infraestrutura e escassez de profissionais capacitados, sobretudo nas 73 cidades com menos de 5.000 habitantes. Nessas regiões, a falta de recursos e acesso a serviços básicos agravam as dificuldades. Apesar disso, o estado investe na formação de professores, adaptação de espaços e monitoramento escolar. A Secretaria da Educação tem papel essencial, oferecendo suporte técnico e materiais adaptados. Ainda assim, a desigualdade geográfica persiste. Enquanto Palmas tem um IDH de 0,75 e taxa de analfabetismo de 5,02%, em cidades menores esses índices são 0,543 e 24,05%. Tocantins atendeu 259.896 alunos, 7,17% deles com deficiência. Com 1.037 escolas, a rede pública fortalece a inclusão, especialmente em localidades menores. No entanto, a falta de profissionais e infraestrutura ainda é um obstáculo. A expansão de centros de reabilitação, capacitação de profissionais e uso de tecnologia, como Telemedicina, são fundamentais, além de parcerias com Organizações Não Governamentais para garantir educação especial de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão. Cidades Pequenas. Educação.

ABSTRACT

Educational inclusion seeks to ensure that all students have access, participation, and success in school, valuing diversity in gender, ethnicity, culture, language, and special needs. This approach respects individual differences and promotes equitable learning opportunities. Including students with autism, intellectual disabilities, ADHD, and dyslexia requires specialized attention in regular environments, encouraging their active participation and academic, social, and emotional development through special education. In Tocantins, educational inclusion represents both a challenge and an opportunity for social transformation, especially for students with special needs. As a young state, it faces infrastructure limitations and a shortage of trained professionals, particularly in the 73 cities with fewer than 5,000 inhabitants. In these regions, the lack of resources and access to basic services exacerbates difficulties. Despite these challenges, the state invests in teacher training, space adaptation, and school monitoring. The Department of Education plays a crucial role, providing technical support and adapted materials. However, geographical inequality persists. While Palmas has a Human Development Index (HDI) of 0.75 and an illiteracy rate of 5.02%, in smaller cities, these figures are 0.543 and 24.05%, respectively. Tocantins served 259,896 students, 7.17% of whom have disabilities. With 1,037 schools, the public network strengthens inclusion, especially in smaller communities. However, the lack of professionals and infrastructure remains an obstacle. Expanding rehabilitation

centers, training professionals, and using technology, such as telemedicine, are essential, along with partnerships with Non-Governmental Organizations to ensure quality special education.

Keywords: Inclusion. Small Cities. Education.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é reconhecida como um princípio fundamental para promover uma sociedade mais igualitária e justa, assegurando que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades, características ou necessidades específicas. No Tocantins, o estado mais jovem da federação (Brasil, 1988), a implementação eficaz da inclusão no processo educacional representa tanto um desafio quanto uma oportunidade de transformação social e educacional, especialmente na integração de alunos com necessidades especiais.

A sustentação teórica da educação inclusiva pressupõe a superação do modelo de mera inserção física de discentes com necessidades específicas em sala de aula. Sob essa ótica, Ainscow (2005) postula que a inclusão efetiva exige a participação plena no currículo por meio de suportes e recursos individualizados. Complementarmente, Stainback e Stainback (1990) preconizam uma abordagem centrada no estudante, na qual a diversidade é operacionalizada como recurso pedagógico indispensável ao enriquecimento do ambiente escolar.

A educação inclusiva no Tocantins segue as diretrizes estabelecidas pela legislação federal brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que visam garantir o acesso de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, a uma educação de qualidade em instituições regulares de ensino.

No Tocantins, estado marcado por desafios recentes de infraestrutura e capacitação, a implementação da educação inclusiva configura um duplo cenário de obstáculo e transformação. O processo de integração de discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tem demandado a formulação de políticas públicas específicas. Essas ações concentram-se no fortalecimento da educação especial, sobretudo por meio da formação continuada docente e da adaptação da acessibilidade arquitetônica escolar.

A Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins desempenha um papel fundamental ao monitorar o progresso da inclusão e oferecer suporte técnico às escolas. A formação de professores é um ponto central, com ênfase na capacitação para lidar com as diversidades presentes em sala de aula, além do fornecimento de materiais didáticos e recursos adaptados.

Fora dos grandes centros urbanos, a garantia de direitos a populações que demandam atendimento diferenciado é severamente limitada pela escassez de recursos, infraestrutura e profissionais especializados. Nas pequenas cidades, a ausência de equipes multidisciplinares, como médicos especialistas, psicólogos, terapeutas e fonoaudiólogos, compromete diretamente o desenvolvimento de crianças com deficiência. Essa assimetria geográfica intensifica a vulnerabilidade social, obrigando os usuários a longas esperas ou a deslocamentos intermunicipais para o acesso a serviços essenciais.

O Tocantins caracteriza-se por uma vasta extensão territorial composta majoritariamente por municípios de pequeno porte, 73 deles possuem menos de 5.000 habitantes. Com economias baseadas na agropecuária e na agricultura familiar, essas localidades enfrentam desafios no desenvolvimento socioeconômico e na oferta de serviços básicos, como saúde e educação. A dispersão populacional agrava o acesso público, enquadrando muitas dessas cidades no conceito de vulnerabilidade urbana, condição intensificada pela pobreza, déficit infraestrutural e escassez de políticas públicas eficazes.

No âmbito educacional, os pequenos municípios frequentemente limitam sua oferta ao ensino fundamental, demandando o deslocamento estudantil para centros urbanos maiores na continuidade do ensino médio ou técnico. Esse cenário converge com o estudo comparativo de Gomes (2020), que evidenciou a acentuada desvantagem educacional das cidades tocantinenses com até 5.000 habitantes em relação à capital do estado, Palmas, apurando que o Índice de Desenvolvimento Humano Médio – Educação nestas cidades é de 0,543, contra 0,75 da capital. Ademais, a taxa média de analfabetismo nas pequenas cidades (até 5.000 moradores) é de 24,05% contra 5,02% na capital Palmas (Gomes, 2020). Portanto, este trabalho traz uma perspectiva dos dados de alunos com deficiência (PCDs) inclusos na rede regular de ensino das cidades pequenas do Tocantins, especialmente aquelas com menos de 5.000 habitantes.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O acesso à educação é um direito fundamental e universal, garantido por tratados internacionais e pela maioria das constituições nacionais. Ele assegura que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade, sem discriminação, independentemente de sua origem, gênero, etnia, religião, status socioeconômico ou outras condições, independentemente de suas limitações.

A Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu art. 205, preconiza a educação como direito universal e dever partilhado entre Estado, família e sociedade, visando ao pleno desenvolvimento individual, à cidadania e à qualificação laboral. Adicionalmente, o art. 208 delega ao Estado a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica, da pré-escola ao ensino médio. Esses preceitos constitucionais consolidam o papel da educação como instrumento de inclusão social, redução de desigualdades e garantia da dignidade humana.

A educação inclusiva visa assegurar o direito à educação de qualidade a todos os discentes, integrando aqueles com deficiências (físicas, intelectuais ou sensoriais) e transtornos globais do desenvolvimento ao ensino regular. Nesse escopo, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) emerge como perspectiva epistemológica voltada aos processos de ensino-aprendizagem. A premissa do DUA fundamenta-se na flexibilização curricular e na criação de materiais didáticos acessíveis que ofereçam suporte irrestrito aos estudantes, independentemente de suas especificidades.

Como uma proposta desejável de interação em sala de aula o DUA leva em conta os princípios que norteiam a educação inclusiva, pois:

> [...] corrige o principal obstáculo para promover alunos avançados nos ambientes de aprendizagem: os currículos inflexíveis, tamanho único para todos. São precisamente esses currículos inflexíveis que geram barreiras não intencionais para o acesso ao aprendizado. Os estudantes que estão nos extremos, como os superdotados e os com altas habilidades e os estudantes com deficiência, são particularmente vulneráveis. Um desenho curricular deficiente poderia não atender a todas as necessidades de aprendizagem, incluindo os estudantes que poderíamos considerar na média (Sebastián-Heredero, 2020, p. 735).

Esse modelo prevê que o currículo, as práticas pedagógicas e os recursos educacionais sejam adaptados para atender às necessidades dos alunos. Além disso, as escolas devem ser preparadas para receber alunos com deficiência, tanto no que diz respeito à acessibilidade física quanto às práticas pedagógicas inclusivas. É fundamental que os professores recebam formação adequada para lidar com as necessidades educacionais especiais, utilizando metodologias e estratégias

diferenciadas. É imperativo destacar que a educação inclusiva promove a interação entre alunos com e sem deficiência, incentivando o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade mais justa.

Apesar dos avanços, há ainda vários desafios para a plena implementação da educação inclusiva, pois muitos professores ainda não têm a formação necessária para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Muitas escolas, especialmente em regiões mais carentes, não possuem a infraestrutura adequada, como rampas, banheiros adaptados e equipamentos específicos. Faltam materiais adaptados, como livros em braille, tecnologia assistiva e intérpretes de Libras. Em estados com menor desenvolvimento socioeconômico, como em algumas áreas do Norte e Nordeste do Brasil, o acesso à educação inclusiva é mais limitado.

A educação inclusiva busca o desenvolvimento social, onde estudantes com e sem deficiência aprendem a conviver com as diferenças, desenvolvendo empatia e respeito, diminuindo o preconceito e a discriminação. Ainda, alunos com necessidades especiais ganham maior autonomia e oportunidades de se desenvolver academicamente e socialmente. A inclusão educacional é um passo importante para garantir uma sociedade mais equitativa e diversa, onde todos tenham a chance de aprender e crescer juntos, respeitando suas particularidades.

O Tocantins, assim como outros estados brasileiros, tem implementado políticas de inclusão nas escolas. Isso abrange a oferta de salas de recursos multifuncionais, onde alunos com deficiência recebem apoio especializado, e a formação de professores na área de educação especial. O estado também busca melhorar a acessibilidade nas escolas, embora ainda existam desafios, especialmente em pequenas cidades e nas áreas rurais.

A DIFERENÇA ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial reflete uma mudança de paradigma na forma como os sistemas educacionais lidam com as diferenças entre os estudantes. Tradicionalmente, a Educação Especial era oferecida de forma segregada, em escolas ou classes separadas. Com o avanço nas mudanças sociais e políticas de inclusão, o foco mudou para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou características, possam aprender juntos nas mesmas escolas e salas de aula.

A Educação Especial é entendida, nesse contexto, como um conjunto de serviços, recursos e estratégias disponibilizados para garantir que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas

habilidades/superdotação possam ter acesso ao currículo regular, em igualdade de condições com os demais estudantes. Ou seja, não se trata de um modelo separado, mas de um suporte adicional dentro da educação regular.

Um dos pilares da educação especial é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que oferece suporte personalizado para estudantes com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento pode ocorrer dentro ou fora da sala de aula regular, mas sempre com o objetivo de complementar e suplementar a aprendizagem do aluno, garantindo sua participação ativa no ambiente regular. Dentro dessa perspectiva, as salas de recursos multifuncionais são fundamentais no AEE, pois são espaços onde os alunos da educação especial recebem atendimento especializado, muitas vezes no contraturno, para reforçar o desenvolvimento de habilidades específicas. Essas salas contam com materiais e tecnologias assistivas, como softwares educacionais e equipamentos adaptados.

Para que os alunos com necessidades especiais possam participar da educação regular, muitas vezes são necessárias adaptações no currículo, nos métodos de ensino e nas avaliações. Isso pode incluir desde a simplificação de conteúdos até o uso de estratégias diferenciadas para atender a estilos de aprendizagem diversos. Ademais, a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular para ser completa, exige, em muitos casos, o apoio de professores especializados em educação especial, intérpretes de Libras (para estudantes surdos), acompanhantes ou cuidadores (para alunos com dificuldades motoras ou de autonomia), psicopedagogos e outros profissionais de apoio à aprendizagem.

A educação especial transcende a mera inserção física, exigindo a inclusão social e pedagógica mediante o respeito às especificidades discentes. Historicamente, esse campo migrou de um modelo segregador para uma abordagem baseada na cooperação e no suporte no ensino regular. Ao naturalizar as diferenças e fomentar a participação coletiva, a escola inclusiva beneficia não apenas o público-alvo da educação especial, mas também estimula a alteridade e o aprendizado da diversidade entre os demais estudantes, consolidando as bases para uma sociedade equitativa.

Com o avanço de pesquisas sob esta temática e busca por uma educação mais equitativa, nasce em 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/15) após 15 anos de tramitação e um árduo trabalho de consultas e audiências públicas por todo o Brasil. No mesmo ano o até então Estatuto da Pessoa com Deficiência avançou como um projeto de lei, sendo transformado na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), entrando em vigor no ano de 2016. A LBI amplia a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil 2015; Brasil, 2008).

Essas políticas promovem a integração de alunos com deficiência no ensino regular. Porém, diversos estudos apontam desafios, como a resistência cultural e a falta de formação adequada dos professores.

Mendes (2010), analisou as políticas educacionais e os desafios para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar. Bueno (2011) aponta a necessidade de mais formação contínua e suporte pedagógico para trabalhar com alunos da educação especial. Glat (2010) investigou o papel das salas de recursos multifuncionais e do AEE na promoção da inclusão escolar e destaca a importância da capacitação dos profissionais envolvidos. Mantoan (2003) discute a concepção de inclusão escolar e as resistências encontradas em seu processo de implementação, propondo uma reflexão sobre a mudança de paradigmas na educação.

O uso de tecnologias assistivas é um recurso fundamental para a inclusão de alunos com deficiência, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes, permitindo maior participação nas atividades escolares (Lopes, 2014). Ferreira (2016), analisou a experiência de alunos com deficiência em uma escola regular, destacando os fatores que contribuem para sua inclusão e os desafios que ainda enfrentam, como a interação social, aprendizado, preconceito e a falta de acessibilidade.

Em suma, a educação especial na perspectiva inclusiva constitui um campo dinâmico cuja efetivação tenciona desafios estruturais, culturais e de formação docente. Não obstante, avanços substanciais são evidenciados pela ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pela incorporação de tecnologias assistivas no ensino regular. Tais discussões científicas mostram-se indispensáveis para subsidiar práticas pedagógicas e políticas públicas, transpondo a inclusão do plano teórico para a práxis escolar efetiva.

REDE TOCANTINENSE DE ACOLHIMENTO A CRIANÇAS E JOVENS PCDs

O Estado conta com uma significativa rede de centros de atendimento e serviços especializados voltados para crianças e adolescentes com deficiência (PCDs), embora a oferta ainda necessite de ampliação, especialmente em cidades menores. Esses centros são essenciais para garantir o acesso a serviços de saúde, educação, reabilitação e apoio psicossocial, promovendo a inclusão e o desenvolvimento amplo dessas crianças. Os principais Centros de Atendimento e Iniciativas no Tocantins são:

• O Centro Especializado em Reabilitação (CER) de Palmas, uma das principais referências no atendimento a PCDs no estado. Oferece serviços de reabilitação física,

auditiva, intelectual e visual para crianças e adultos, por meio de terapias multidisciplinares, incluindo fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e atendimento médico especializado, como neurologia e ortopedia.

• As APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que estão presentes em 46 cidades do estado, realizando um importante atendimento a pessoas com deficiência intelectual, múltipla, física e suas famílias. Elas oferecem serviços educacionais, de saúde e assistência social, além de programas de reabilitação e inclusão social. Isso é feito por meio de avaliações multidisciplinares, programas de ensino especializado, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, apoio psicológico e atividades de inclusão social, promovendo a autonomia e a inclusão na sociedade.

Dentre as 46 APAEs espalhadas pelo estado, apenas 6 unidades estão instaladas em cidades com menos de 5.000 habitantes (municipios de Aurora do Tocantins, Barra do Ouro, Caseara, Luzinópolis, São Bento do Tocantins e São Sebastião do Tocantins).

•As Unidades de Atendimento da Rede Pública de Educação Especial (UARPEE), presente em várias cidades do estado, são subsidiadas pela Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Seduc) e promove a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, com o suporte de Salas de Recursos Multifuncionais, que oferecem apoio especializado durante o turno escolar. São responsáveis pelo atendimento educacional especializado (AEE), que inclui atividades pedagógicas adaptadas, materiais específicos, e acompanhamento por profissionais especializados, como pedagogos, psicopedagogos e professores especializados. Este atendimento garante que as crianças e adolescentes com deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva de qualidade, com suporte necessário para o desenvolvimento escolar.

O Tocantins conta com mais de 200 UARPEE, distribuídas entre Salas de Recursos Multifuncionais e Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Essas unidades estão espalhadas em escolas da rede pública em várias cidades do estado, oferecendo suporte pedagógico e terapêutico especializado a alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades.

• Centros Municipais de Atendimento Especializado (CMAE), presente em 32 municípios do Tocantins, sendo 6 em cidades com até 5.000 moradores (Abreulândia, Barra do Ouro, Lajeado, Luzinópolis, Rio dos Bois e São Bento do Tocantins), além de oferecerem serviços de saúde, atuam na reabilitação e apoio às PCDs, e encaminhamentos para serviços especializados, quando necessário. Oferecem

atendimentos fisioterápicos, psicológicos, terapias ocupacionais, acompanhamento pedagógico e inclusão em atividades sociais e culturais.

Esses centros têm como objetivo oferecer apoio pedagógico e terapêutico a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Eles funcionam como um suporte às escolas regulares, promovendo a inclusão e o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais. Os CMAE oferecem serviços como orientação, avaliação, e acompanhamento especializado, além de trabalhar em parceria com as escolas para garantir que os alunos recebam a atenção necessária para seu aprendizado e desenvolvimento.

• Centros de Referência de Assistência Social e Especializada, atuam em vários municípios do Tocantins, com 43 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 19 Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Embora o foco principal seja o atendimento social, eles desempenham um papel importante no suporte às famílias de crianças PCDs, oferecendo orientações, encaminhamentos e serviços de apoio psicossocial.

Os CRAS são unidades que oferecem serviços de proteção social básica, com foco na prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social. Eles oferecem orientação e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo o acesso a direitos e serviços sociais. Dentre as cidades com até 5.000 habitantes, 8 possuem este centro de assistência (Barra do Ouro, Carmolândia, Chapada de Areia, Lajeado, Luzinópolis, Rio dos Bois, Santa Rosa do Tocantins e São Bento do Tocantins). Já os CREAS atendem situações de vulnerabilidade e risco social mais complexas, oferecendo suporte a famílias e indivíduos que enfrentam problemas como violência, abuso ou exploração. Estando presente em uma cidade até 5.000 moradores (Lajeado). Essas unidades são fundamentais para garantir o acesso a serviços de assistência social e apoio às famílias Tocantinenses, pois promove a inclusão e o acesso a serviços sociais, apoiando as famílias em situações de vulnerabilidade e risco social.

• Instituições Privadas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) oferecem serviços de apoio a pessoas com deficiência. Essas entidades geralmente complementam os serviços públicos, oferecendo terapias especializadas e programas de inclusão social, por meio de atendimento terapêutico e apoio educacional. Essas instituições e organizações oferecem serviços variados, incluindo educação, reabilitação, terapia, e apoio social. Embora o número exato possa variar com o tempo, atualmente, estima-se que existam cerca de 15 a 20 instituições e ONGs que

atuam nessa área no estado. Dentre elas, destaca-se a APAE Tocantins, Instituto de Inclusão Social e Reabilitação (IISR), Associação Tocantinense de Deficientes Físicos (ATDF), Instituto de Reabilitação e Inclusão (IRI), Cidades Acessíveis e Projeto Viver. Essas instituições e ONGs desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e na oferta de serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência no Tocantins.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho possui a natureza quantitativa, buscando compilar, apresentar e analisar dados institucionais sobre alunos com deficiências matriculados na rede regular de ensino do Tocantins, em específico, nas cidades com até 5.000 habitantes. Para isso, foram investigadas as informações fornecidas pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, obtidas por meio de solicitação oficial. Os registros, referentes ao ano de 2020, incluem dados sobre a autarquia governamental responsável pelas escolas (federal, estadual, municipal e privada), o tipo de deficiência e o número de alunos.

Em seguida, os dados foram organizados em tabelas, apresentados graficamente, analisados, comparados e interpretados. Devido à variação nos dados, além da apresentação dos valores absolutos, optou-se por exibir os números em porcentagens. Esse cálculo foi realizado com a seguinte equação:

$$T(\%) = (F \times 100\%) / N_F \qquad (1)$$

T(%) - taxa percentual; F – fator; N_F - número de fatores.

A amostragem compreendeu 2.689 discentes laudados e matriculados na rede básica de ensino dos municípios com até 5.000 habitantes. Esse contingente representa 14,42% (aproximadamente 1:7) do total de estudantes público-alvo da educação especial no Tocantins no ano de 2020. O percurso metodológico consistiu na coleta de dados, aplicação da equação (1) para o cálculo percentual, tabulação, processamento gráfico e análise interpretativa. O procedimento visou à identificação de padrões e tendências para subsidiar o diagnóstico situacional e a formulação de estratégias em políticas públicas de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Criado em 1988, o Tocantins é a unidade federativa mais recente da Região Norte do Brasil, tendo sua capital, Palmas, como um centro urbano planejado. Geograficamente, o estado apresenta uma transição ecotonal entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Sua matriz econômica apoia-se na agropecuária e na mineração,

com recente expansão dos setores de serviços e turismo. Apesar dos persistentes gargalos em infraestrutura logística e desenvolvimento regional, o estado tem registrado avanços nos indicadores de saúde e educação.

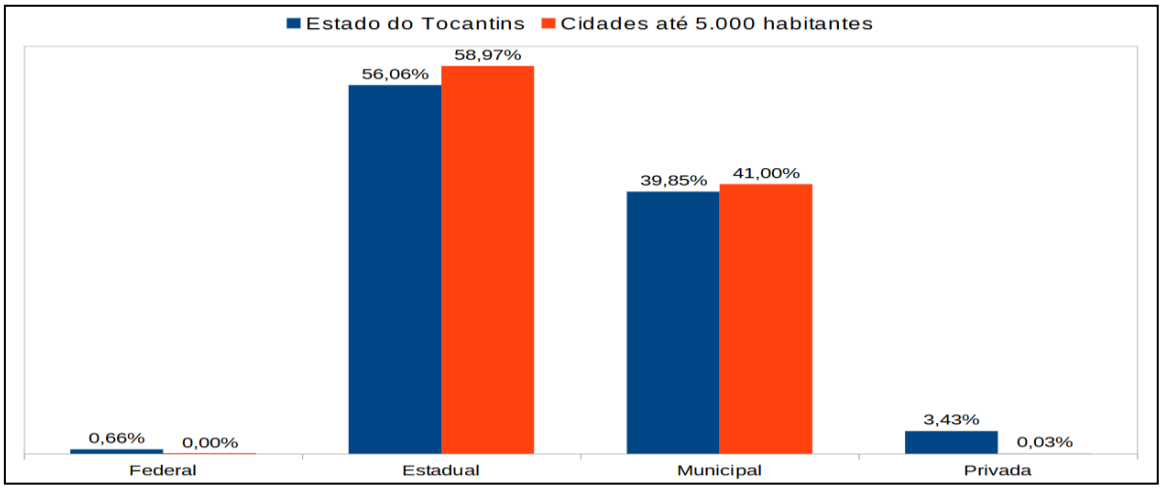
Os investimentos estatais em infraestrutura, qualificação docente e expansão do acesso à educação básica e superior refletem-se na trajetória do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo dados oficiais (Brasil, 2023), o Tocantins registrou assimetrias nos diferentes níveis de ensino em 2021: nos anos iniciais do ensino fundamental, atingiu a nota 5,9, aproximando-se da meta nacional; nos anos finais, a média fixou-se em 4,9, indicando tendência de crescimento. No ensino médio, o indicador alcançou 3,8, patamar que, embora aquém do ideal, supera o desempenho de unidades federativas com perfis socioeconômicos análogos.

Os dados ainda mostram, que o estado possuía 259.896 alunos matriculados, distribuídos em 46.652 alunos na Educação Infantil, 165.951 estudantes no Ensino Fundamental, 46.774 jovens no Ensino Médio e 22.283 matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dentro deste quantitativo total de matriculados, 7,17% do alunado (18.645 estudantes) se enquadrou como PCDs. Para atender as necessidades educacionais do estado, o Tocantins disponibilizava 1.037 escolas de educação básica, segundo dados do Censo Escolar do INEP (2023). Essas instituições estavam distribuídas entre redes públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas, espalhadas por áreas urbanas e rurais, com uma maior concentração nas cidades mais populosas como Palmas, a capital. Nas escolas municipais predominam a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em escolas estaduais o ensino fundamental (anos finais) e ensino médio, nas federais o ensino médio profissionalizante e as escolas privadas estão presentes em todas as etapas da educação, embora em menor número. Dentro destas autarquias atuavam 19.790 professores.

O processo de inclusão educacional é abordado pela Lei Estadual Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins (Tocantins, 2015). Esta lei estabelece diretrizes para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino estadual. A lei define alunos atípicos como aqueles que apresentam Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Além disso, a lei visa assegurar o atendimento educacional especializado e o suporte necessário para garantir a plena inclusão desses alunos no ambiente escolar. entre os dados levantados junto a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, os alunos PCDs (Pessoas com Deficiência) estão categorizados em divisões, e são classificados e distribuídos

numericamente como Autistas, Baixa Visão, Cegueira, Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Surdez, Surdocegueira, Deficiência Múltipla e Superdotação. A Figura 1 compara a distribuição percentual do alunado incluso nas cidades do estudo (até 5.000 moradores) com os dados estaduais, em cada ente educacional do Tocantins.

Figura 1: Comparativo do percentual de alunos inclusos nas esferas educacionais do Tocantins.



Fonte: Autores, 2024

A rede Tocantinense de ensino é constituída por 3 entes governamentais e pela malha particular de escolas, em 2020, sendo o estado do Tocantins o responsável pela inclusão de 56,06% crianças e jovens, seguido pelo município que atende 39,85% dos alunos, 3,43% dos estudantes estavam matriculados em escolas particulares e 0,66% atendidos pelos institutos federais (colunas em azul). Nas cidades até 5.000 habitantes, praticamente não existem instituições privadas e inexiste a atuação direta do governo federal, ou seja, a inclusão educacional nesses municípios é promovida pelo governo do Tocantins, abrigando 58,97% desse alunado, e pelos municípios, com 41%. Apenas 0,03% dos estudantes PCDs estão matriculados em escolas privadas.

Nesse sentido, é visível que a rede pública de ensino possui um papel significativo para esse público, pois no Tocantins, atende 96,57% dos estudantes PCDs, sendo ainda mais importantes nas cidades com até 5.000 moradores, pois corresponde por 99,97% dos alunos PCDs. Nas cidades pequenas, em 2020, esses alunos estavam distribuídos entre as 247 unidades escolares que atendem esses municípios. Outros dados interessantes das cidades pequenas podem ser vistos na Tabela 1, que distribui as matrículas de alunos por tipo de deficiência e compara com os dados estaduais.

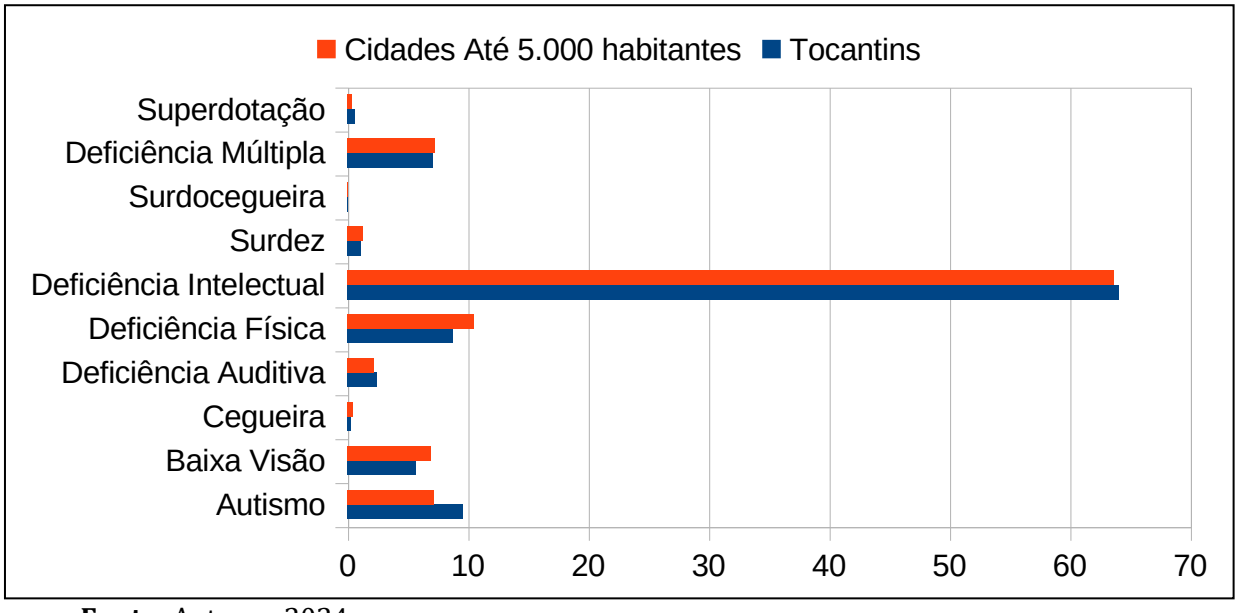
Tabela 1: Matrículas no Tocantins de alunos por tipo de deficiência.

	TOCANTINS		CIDADES PEQUENAS	
CATEGORIA	**TAXA (%)**	**QUANTITATIVO**	**TAXA (%)**	**QUANTITATIVO**
Autismo	9,63	1.802	7,22	192
Baixa Visão	5,70	1.064	6,90	184
Cegueira	0,32	61	0,45	12
Deficiência Auditiva	2,44	456	2,22	59
Deficiência Física	8,80	1.638	10,50	279
Deficiência Intelectual	64,10	11.952	63,70	1.694
Surdez	1,13	212	1,32	35
Surdocegueira	0,03	6	0,03	1
Deficiência Múltipla	7,13	1.331	7,26	193
Superdotação	0,64	123	0,40	10
TOTAL	**100**	**18.645**	**100**	**2.659**

Fonte: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, adaptado, 2020.

Percebe-se que os alunos Tocantinenses com Deficiência Intelectual, em 2020, são a grande maioria dos estudantes inclusos, totalizando 11.952 matrículas, enquanto os demais somam juntos 6.693 indivíduos. Isso também se reflete nas cidades com até 5.000 habitantes, com 1.694 deficientes intelectuais, enquanto as outras categorias incorporam 965 alunos. Se agregarmos apenas os alunos neuroatípicos, ou seja, Superdotação, Autistas e Deficiência Intelectual, esses municípios incorporam 1.896 crianças e adolescentes, isso totaliza 71,32% do alunado incluso, 3% abaixo da média estadual. Na Figura 2, para uma melhor comparação, temos a taxa de distribuição de alunos matriculados em 2020, separados por tipo de deficiência, nas cidades com até 5.000 habitantes e no Tocantins

Figura 2: A taxa (%) de distribuição das matrículas de alunos por tipo de deficiência nas cidades com até 5.000 habitantes e no Tocantins.



Fonte: Autores, 2024

Dentro dos dados informados no gráfico apresentado na Figura 2, as cidades que possuem até 5.000 habitantes apresentaram uma taxa maior de inclusão, ao comparar com a taxa estadual, em alunos com Deficiência Múltipla, Surdez, Deficiência Física, Cegueira e Baixa Visão, aproximadamente 3,30% a mais. Já a média estadual é maior em alunos com Superdotação, Deficiência intelectual, Deficiência Auditiva e Autismo, também próximo a 3,30% acima. As diferenças mais discrepantes incluem os Autistas, com um atendimento 2,41% menor nas cidades com até 5.000 moradores, e 1,70% a mais no atendimento de estudantes com Deficiência Física, nas comparações com a taxa estadual.

Os dados revelam a prevalência de discentes neuroatípicos nas pequenas centralidades, cujos índices de inclusão situam-se ligeiramente abaixo da média estadual. Diante da inexpressividade da rede privada e da ausência de instituições federais nesses municípios, a rede pública assume centralidade na oferta da Educação Especial. Esse panorama evidencia a urgência de reestruturar as matrizes curriculares das licenciaturas, inserindo componentes obrigatórios em Educação Especial e Inclusiva com foco na neurodivergência. A complexidade do manejo pedagógico exige capacitação docente voltada a barreiras comunicacionais, deficit de atenção, reações comportamentais e hipersensibilidades sensoriais, além do combate ao bullying, garantindo a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

Embora a inserção de crianças e jovens com deficiência no sistema regular de ensino represente um avanço social relevante, sua consolidação tenciona desafios complexos que demandam intervenções institucionais e governamentais. A superação dessas barreiras é condicionante para o desenvolvimento socioeconômico regional e para a equidade de oportunidades. Desse modo, a efetivação do processo exige abordagens pedagógicas personalizadas, o engajamento coletivo da comunidade escolar, aporte de recursos adequados e políticas públicas estruturadas, garantindo que o público-alvo da educação especial desenvolva plenamente seu potencial acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o Tocantins tem feito avanços significativos na educação, destacando-se especialmente no atendimento a estudantes com deficiência. Com um total de 259.896 alunos matriculados em 2020, incluindo 18.645 estudantes (7,17%) que se identificam como PCDs (Pessoas com Deficiência), o estado oferece uma rede de 1.037 escolas de educação básica, distribuídas em áreas urbanas e rurais. O índice

de inclusão é notável nas cidades menores, onde a rede pública de ensino atende quase 100% dos alunos PCDs, especialmente em localidades com até 5.000 habitantes, onde o governo estadual e municipal são praticamente os únicos responsáveis pela inclusão educacional.

Esses dados evidenciam a forte presença da rede pública, que atende 96,57% dos alunos PCDs no estado e 99,97% nas menores cidades. Em áreas com menos de 5.000 moradores, as 247 unidades escolares se mostram essenciais para a inclusão, especialmente de alunos com Deficiência Intelectual, que somam 11.952 matrículas em todo o Tocantins. Em pequenas cidades, 1.694 desses estudantes com deficiência intelectual são atendidos, representando a maior parte do alunado PCD, juntamente com 1.896 alunos neuroatípicos (71,32% do total de PCDs). O desempenho dos estudantes também reflete o investimento em educação, com uma média de 5.9 nos anos iniciais do ensino fundamental, próximo à meta nacional, e médias de 4.9 nos anos finais e 3.8 no ensino médio.

Embora existam algumas iniciativas importantes no Tocantins, o estado ainda enfrenta desafios para atender adequadamente todas as pessoas PCDs, especialmente em cidades menores e áreas rurais, onde há falta de médicos, terapeutas e professores especializados, limitando o atendimento. Em muitos casos, as famílias precisam se deslocar para cidades maiores para ter acesso a serviços especializados, o que pode ser difícil devido à falta de transporte público e infraestrutura adequada. Embora haja esforços para inclusão nas escolas regulares, o atendimento educacional especializado ainda não está plenamente disponível em todas as escolas do estado.

A interiorização de políticas inclusivas no Tocantins pressupõe a expansão de centros de reabilitação para as regiões periféricas e a qualificação descentralizada de equipes multidisciplinares. Parcerias com organizações do terceiro setor e o uso estratégico de tecnologias de informação tornam-se indispensáveis. Nesse escopo, ferramentas de e-learning otimizam a formação continuada docente, enquanto a Telemedicina e a Telessaúde mitigam a escassez crônica de especialistas por meio do acompanhamento remoto. Embora o estado apresente polos de referência consolidados nos principais centros urbanos, a universalização do atendimento à pessoa com deficiência (PCD) ainda depende de ações governamentais focadas na superação de barreiras logísticas e geográficas.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa contou com auxílio financeiro à publicação da PROPI/UFNT, Edital nº 29/2026.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Desenvolvimento de escolas inclusivas:** como aumentar a participação e reduzir a exclusão. Londres: Routledge. 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023 para o Tocantins**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb. Acesso em: 9 nov. 2026.

BUENO, J. G. S. Educação inclusiva: com a palavra, os professores. **Revista Brasileira de Educação**, 16(46), 109-124. 2011.Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/. Acesso em: 9 nov. 2026.

FERREIRA, J. M. S.; ARAÚJO, J. S. Educação inclusiva: um olhar sobre as percepções de alunos com deficiência em uma escola regular. **Cadernos de Educação**, 29, 75-92. 2016.Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/index. Acesso em: 9 nov. 2026.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: novos desafios para a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 16(3), 371-386. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 9 nov. 2026.

GOMES, E. C.; SOARES, D. B.; DESIDÉRIO, S. N.; da ROCHA, A. S. Características da Educação em Algumas Cidades Vulneráveis da Amazônia Legal: Elementos e Reflexões. **Revista Querubim**, n.41, v.2, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/querubim. Acesso em: 9 nov. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica: Notas Estatísticas**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar. Acesso em: 9 nov. 2026.

LOPES, M. A.; FURLAN, G. D. A tecnologia assistiva como ferramenta para a inclusão escolar de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 20(1), 47-60. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 9 nov. 2026.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? **Revista Brasileira de Educação**, (23), 17-24. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/. Acesso em: 9 nov. 2026.

MENDES, E. G. Políticas de inclusão escolar no Brasil: novos desafios para a educação especial. **Educação e Pesquisa**, 36(2), 343-358. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/. Acesso em: 9 nov. 2026.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2020. 26 (4): p.733-768. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/. Acesso em: 9 nov. 2026.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusive education: A practical guide to supporting diversity in the classroom. **Upper Saddle River**, NJ: Merrill Prentice Hall. 1990.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015**. Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025). 2015. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/ppged/images/legislacao/PEE_TO_2015_2025.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.